



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da Repút  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

**JUCEMG**

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 980 - 23/04/2015 10:59



15/271.782-0

NIRE(da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Ma Auxiliar d

31300011445

2046

## 1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **LOCALIZA RENT A CAR S/A**

( da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio )

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO          |
|------------|---------------|------------------|------|------------------------------------|
| 1          | 980           |                  |      | ESCRITURA DE EMISSAO DE DEBENTURES |

Local

23 DE ABRIL DE 2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **EMERSON F. GOMES**

Assinatura:

Telefone de Contato: (31) 3247-7822

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual (ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

24/04/15

Data

Daniela Gontijo Silva  
Analista de Gestão e Registro Empresarial  
MASP 175.711.90

Responsável

☐ NÃO

☐ NÃO

Responsável

cia

4ª Exigência

5ª Exigência

DECISÃO SIM

☐ Proces

( Vide c

☐ Proces

☐ Proces



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.209-3/000

EM 24/04/2015

LOCALIZA RENT A CAR S/A

PROTOCOLO: 15/271.782-0

AN1611420

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.

( Vide despacho em folha anexa )

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

24/04/15

Data

Presidente da

Turma

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bF0Y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 1/50

L

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 9ª EMISSÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA LOCALIZA RENT A CAR S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **Localiza Rent a Car S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1.563, Bairro Funcionários, CEP 30150-902, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ/MF”) sob o nº 16.670.085/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);
- (b) **Localiza Fleet S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1.563, Bairro Funcionários, CEP 30150-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.286.479/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Localiza Fleet” ou “Fiadora”); e
- (c) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 9ª emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas” e “Agente Fiduciário”, sendo a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”).

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, da Localiza Rent a Car S.A. (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476 (conforme abaixo definida), em observância às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as deliberações tomadas na reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 09 de abril de 2015, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) em 13 de abril de 2015 sob o nº 5490539



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bFOY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

1

e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Diário do Comércio", edição local ("RCA da Emissora"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido) de que trata a Cláusula 4.19 abaixo, foi devidamente aprovada em reunião da diretoria da Fiadora, realizada em 9 de abril de 2015, cuja ata será registrada na JUCEMG ("RD da Fiadora" e "Garantia Fidejussória", respectivamente).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

### 2.1. Da dispensa de Protocolo, Registro ou Arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários e do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

2.1.1. A presente Emissão será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição e está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A Emissão poderá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, sendo que tal registro está condicionado, até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA.

### 2.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

2.2.1 A ata da RCA da Emissora foi arquivada na JUCEMG e foi publicada no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio", edição local, conforme disposto na Cláusula Primeira acima.

2.2.2 A ata da RD da Fiadora realizada em 9 de abril de 2015, que deliberou sobre a Garantia Fidejussória, será arquivada na JUCEMG, conforme disposto na Cláusula Primeira acima.

2.2.3 Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados, no âmbito da presente Emissão, após o registro desta Escritura de Emissão, serão igualmente arquivados na JUCEMG e, conforme aplicável, publicados no DOEMG e no jornal "Diário do Comércio", edição local, conforme legislação em vigor.



### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão, eventuais aditamentos e atas de Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGD”) serão registrados na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser encaminhada ao Agente Fiduciário.

2.3.2. Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em razão da Garantia Fidejussória, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura de Emissão na JUCEMG.

2.3.2.1 Uma via original da Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes será entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após a data do último registro.

### 2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Cetip”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 476 (“Investidor Qualificado”), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, no artigo 109 da Instrução de CVM nº 409 de 18 de novembro de 2004, conforme alterada, e caso a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (a) o aluguel de carros; e (b) a gestão de participações societárias, no Brasil e no exterior.

### 3.2. Séries



L

A Emissão será realizada em série única.

### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

### 3.5. Destinação de Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 5ª emissão da Emissora.

### 3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 9ª (nona) Emissão de Debêntures da Emissora.

### 3.7. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

O escriturador mandatário e banco liquidante das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (“Escriturador Mandatário” e “Banco Liquidante”).

## CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definido) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operarem no mercado de capitais (“Coordenador Líder” e “Coordenadores”), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada de forma individual e não solidária pelos Coordenadores, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie





L

Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Localiza Rent a Car S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da Cetip, e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição.

4.1.4. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, no âmbito da Oferta Restrita, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, independentemente de ordem cronológica, para a definição da demanda pelas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding").

4.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser objeto de registro perante a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário. As Debêntures serão subscritas conforme definido na Cláusula 4.6 abaixo, sendo certo que o Preço de Subscrição será o mesmo para todos os investidores que subscreverem e integralizarem Debêntures na data de subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.8. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM n.º 476.

4.1.9. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos



Coordenadores, até o Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

#### 4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

#### 4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), devendo ser observado o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM n.º 476. O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

#### 4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e serão simples, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip, será expedido pela Cetip extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade.

#### 4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória adicional, nos termos da Cláusula 4.19 abaixo. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

#### 4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos da Cetip.



L

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 30 de abril de 2021 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, a serem pagas a partir de 30 de abril de 2019, conforme tabela abaixo ("Data de Pagamento do Principal").

| Datas de Pagamento  | Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado |
|---------------------|---|
| 30 de abril de 2019 | 10,0000%  |
| 30 de abril de 2020 | 30,0000%  |
| 30 de abril de 2021 | saldo do Valor Nominal Unitário                       |

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes: (i) à variação acumulada de 109,20% (cento e nove inteiros e vinte centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) até 30 de outubro de 2017 (exclusive) ("Primeiro Período de Rentabilidade"); e (ii) à variação acumulada de 113,20% (cento e treze inteiros e vinte centésimos por cento) da Taxa DI, no período compreendido entre 30 de outubro de 2017 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive) ("Segundo Período de Rentabilidade" e, em conjunto com o Primeiro Período de Rentabilidade, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) decorridos, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão (inclusive) ou última Data de Pagamento de Remuneração (inclusive), conforme aplicável, até a próxima Data de Pagamento de Remuneração (exclusive), Data de Vencimento ou Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bF0Y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/50



- J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido em 4.9.1.1), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido em 4.9.1.2 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

- n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- k 1, 2, ..., n;
- p percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI Over, observado o disposto na Cláusula 4.9.1 acima, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI<sub>k</sub> Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI<sub>k</sub> Taxa DI divulgada pela Cetip, válida por 1 (um) Dia Útil (conforme abaixo definido) (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

$$\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$  sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



L

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Não haverá Atualização Monetária das Debêntures.

4.9.1.1. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (conforme definida em 4.9.1.2), exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.2. A Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira parcela em 30 de outubro de 2015 e a última parcela em 30 de abril de 2021 ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.1.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração de "TDI<sub>k</sub>" a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares de Debêntures, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.2.1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro Dia Útil (conforme abaixo definido) em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar AGDs (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, com aprovação de titulares de Debêntures representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação e em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.



4.9.2.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.9.2.1. acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.2.2., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.2.3. Caso, na AGD de que trata o item 4.9.2.1. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a mesma AGD deverá deliberar, por titulares de Debêntures representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sobre proposta a ser elaborada pela Emissora sobre novo cronograma e taxa de remuneração.

4.9.2.4 Caso nem a alteração da taxa de remuneração prevista no item 4.9.2.1 acima, nem a proposta de cronograma e taxa de remuneração prevista no item 4.9.2.3 sejam aprovadas pela AGD referida em tais itens, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração. Neste caso a Taxa DI a ser utilizada para o cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

#### 4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos previstos nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora, Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora, Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora, Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora;



2

- (iv) proposta de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora, Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora; (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; ou ainda (vi) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal;
- (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Fiadora, ainda que na condição de garantidoras, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas (o qual deverá ser atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") entre a Data da Emissão e a data de sua apuração), salvo se, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados da data do protesto, a Emissora e/ou a Fiadora tenham comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, da Fiadora e/ou de empresas controladas da Emissora cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados da data da inadimplência;
- (e) descumprimento pela Emissora e/ou Fiadora de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido) da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou Fiadora, cujo valor total, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou o seu contra valor em outras moedas;
- (g) a incorporação, fusão ou cisão da Emissora, salvo se, (a) nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada previamente pelos



L

Debenturistas detentores de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão permaneça dentro do atual Grupo de Controle, onde grupo de controle refira-se à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("Grupo de Controle") da Emissora, sendo que na hipótese (a) (ii) acima, a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão responderá solidariamente pelo resgate das Debêntures, o qual deverá ocorrer na forma indicada na cláusula 4.9.2.4 acima;

- (h) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital e/ou recompra de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) caso a Emissora e/ou Fiadora estejam em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) a atividade principal da Emissora deixe de ser a que consta de seu Estatuto Social na Data da Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.1 acima;
- (l) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros apurados semestralmente pela Emissora e revisados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, e a não entrega de declaração do Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Emissora, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, e aos auditores independentes desta, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As apurações serão feitas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março e 30 de setembro, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2015, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
  - (i) índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não superior a 4,00,





L

onde: "Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários de própria emissão ou de terceiros, e títulos públicos e privados de qualquer natureza e (c) dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do custo de stock option, (e) das despesas não recorrentes e (f) do impairment.

(ii) índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 1,50,

onde: "Despesas Financeiras Líquidas" significam as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas);

- (m) descumprimento pela Emissora da destinação dos recursos obtidos na Emissão, nos termos da Cláusula 3.5 da presente Escritura de Emissão;
- (n) se houver transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, que resulte em a Emissora passar a ser controlada por



L

pessoa ou entidade não pertencente ao Grupo de Controle, sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas;

- (o) se ocorrer rebaixamento combinado por duas agências do *rating* corporativo da Emissora, em duas ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao *rating* reafirmado em 9 de julho de 2014, de AAA (triplo A), pela Standard & Poor's e reafirmado em 1 de dezembro de 2014, de AAA (triplo A), pela Fitch Ratings, ou em virtude de qualquer alteração na composição societária, que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do "Poder de Controle da Emissora" pelos atuais controladores, ou na ausência da Standard & Poor's e/ou Fitch Ratings, caso a classificação equivalente emitida pela Moody's esteja em nível equivalente ao de duas notas abaixo daquela reafirmada pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings;

"Poder de Controle da Emissora" é o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há a presunção relativa de titularidade do controle em relação ao Grupo de Controle que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Emissora, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante, conforme definição constante do Regulamento de Listagem do Novo Mercado; ou

- (p) suspensão da negociação ou do registro da negociação das Debêntures junto à Cetip não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definido).

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens "a", "b", "c", "d", "f", "g", "h", "i", "l", "n", e "o" da Cláusula 4.11.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.11.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido) da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação abaixo previsto. A AGD aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente posterior à data indicada para a realização da AGD nos termos da primeira convocação.



L

4.11.4. Na AGD mencionada na Cláusula 4.11.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos nesta Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.11.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quórum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quórum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados (i) do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Décima desta Escritura de Emissão, ou por aviso de recebimento; ou (ii) da data da realização da AGD, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à AGD, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida AGD.

4.11.7. Para fins do item (a) da Cláusula 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.11.8. Para as finalidades dos itens 4.11.1 (a) e (c) acima, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário, nos termos indicados no item 5.1(a)(i): cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas controladas, controladoras e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior; e (ii) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer tais hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas com relação a suas controladas. Nesse sentido, fica desde já expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário não realizará qualquer verificação independente a respeito da observância aos itens 4.11.1 (a) e (c) acima no tocante às controladas da Emissora.

#### 4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, no todo ou em parte, as Debêntures a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), ou



seja, a partir de 30 de abril de 2017 (“Resgate Antecipado Facultativo”), desde que seus titulares sejam notificados pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.17 abaixo, com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis (conforme abaixo definido) de antecedência da data do resgate. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido de (i) Remuneração, calculada desde a Data da Emissão (inclusive), ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme aplicável, até a data do efetivo resgate (exclusive); (ii) encargos moratórios, se houver, e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora; e (iii) um prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme tabela abaixo:

| <b>Períodos de Resgate Antecipado Facultativo</b>                   | <b>Percentual do Prêmio para cada Período de Resgate Antecipado Facultativo</b> |
|---|---|
| 30 de abril de 2017 (inclusive) a 30 de outubro de 2017 (exclusive) | 0,00%   |
| 30 de outubro de 2017 (inclusive) a 30 de abril de 2019 (exclusive) | 0,60%   |
| 30 de abril de 2019 (inclusive) a 30 de abril de 2020 (exclusive)   | 0,40%   |
| 30 de abril de 2020 (inclusive) a 30 de abril de 2021 (exclusive)   | 0,20%   |

4.12.2. Na hipótese de resgate antecipado parcial, o mesmo deverá ser realizado através de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo que todas as etapas desse processo tais como habilitação, apuração, quantidades, validação, serão realizados fora do âmbito da Cetip.

4.12.3. Fica desde já estabelecido que as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas.

4.12.4. Caso ocorra o resgate antecipado total / parcial facultativo, a Cetip deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis (conforme abaixo definido) de antecedência, através de correspondência enviada pela Emissora, com a anuência do Agente Fiduciário.

4.12.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela Cetip para as Debêntures



custodiadas eletronicamente na Cetip ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na Cetip, por meio do Banco Liquidante.

4.12.6. Uma vez definida a data do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora somente poderá alterá-la mediante deliberação por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

#### 4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos ainda a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial sobre os valores em atraso (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios não compensatórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

#### 4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

#### 4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela Cetip, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na Cetip; ou, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na Cetip, na sede da Emissora ou por meio do Banco Liquidante.

#### 4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente (assim entendido como qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado declarado nacional ("Dia Útil")), além disso, serão prorrogados se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os





casos cujos pagamentos devam ser realizados através da Cetip, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOEMG, no jornal "Diário do Comércio", edição local, e na página da Emissora na rede mundial de computadores. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### 4.18. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento do pagamento referente às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.19. Garantia Fidejussória

4.19.1 Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, multas, custos, taxas, penalidades, comissões, tributos, despesas, indenização ou correção monetária, se aplicável, bem como valores necessários para que o Agente Fiduciário execute a Garantia Fidejussória ("Obrigações Garantidas"), a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo delineados.

4.19.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora das Obrigações Garantidas, independentemente de outras garantias constituídas ou que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

4.19.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir as Obrigações Garantidas diretamente da Fiadora, em até 5 (cinco) Dias Úteis, mediante envio de notificação por escrito à Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações



L

sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Fiadora contra a Emissora e observado o disposto abaixo ("Notificação de Inadimplemento"). A Notificação de Inadimplemento deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas (a) após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (b) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.19.4 O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e fora do âmbito da Cetip.

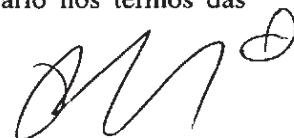
4.19.5 A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e os artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.19.6. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.19.7. As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.19.8. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Garantia Fidejussória, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, e/ou desta Escritura de Emissão. A Garantia Fidejussória poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Garantia Fidejussória por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Garantia Fidejussória pelos Debenturistas.

4.19.9. A Fiadora se obriga a, caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das



Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.19.10. Esta Garantia Fidejussória é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável e entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

4.19.11. A Fiadora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data da liquidação integral das Obrigações Garantidas.

#### 4.20. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476 e conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

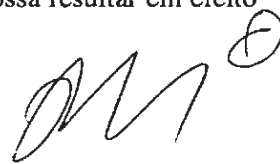
### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet ([www.localiza.com/ri](http://www.localiza.com/ri)):
  - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (c) relatório de apuração dos índices e limites financeiros a que se refere o item (I) da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo;



- L
- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social ou conforme menor prazo que vier a ser estabelecido na regulamentação aplicável às companhias abertas, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano até a data da liquidação das Debêntures, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) relatório específico de apuração dos índices e limites financeiros a que se refere o item (I) da Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão, elaborado pela Emissora, com sua respectiva memória de cálculo, com todas as rubricas necessárias que demonstrem seu cumprimento, os quais estarão devidamente evidenciados nas notas explicativas das demonstrações financeiras revisada pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 28”);
  - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
  - (v) avisar os titulares das Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que de alguma forma envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) desde quando for do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
  - (vii) em até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
  - (viii) em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito



relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e

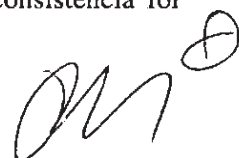
- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula Oitava, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e que lhe forem aplicáveis, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras publicadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (i) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;







- (j) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e a Cetip;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e desde que haja ocorrido algum inadimplemento da Emissora que motivasse a referida cobrança;
- (l) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (m) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (n) em até 15 (quinze) dias do encerramento do prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, ou até a utilização integral dos recursos, o que ocorrer primeiro, entregar ao Agente Fiduciário uma declaração sobre o cumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão nos termos da Cláusula 3.5 acima;
- (o) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;
- (p) obter anualmente relatório de classificação de risco (*rating*) da Emissão, em escala nacional, pela Standard & Poor's, ou pela Fitch Ratings ou pela Moody's América Latina e enviar uma cópia ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis de sua obtenção, sendo que eventual rebaixamento na classificação de risco (*rating*) da Emissão não será considerado um vencimento antecipado para fins da Cláusula 4.11 acima. A Emissora compromete-se a fornecer, à agência de *rating* contratada, todas informações necessárias à obtenção da mais precisa classificação de risco (*rating*) possível;
- (q) comparecer, por meio de seus representantes, às AGDs, sempre que solicitada;
- (r) garantir que qualquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita não são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, sendo certo que a Emissora compromete-se a informar eventual inconsistência ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tal inconsistência for identificada;



- L
- (s) caso ocorra desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda (a) pela Emissora da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou parte substancial de seus ativos e/ou propriedades, tomar as medidas judiciais cabíveis e/ou comprovar que o patrimônio não será substancialmente afetado; ou (b) garantir que não ocorra desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda pelos atuais acionistas da Emissora, das ações de sua emissão.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (l) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) despesas de viagem, transportes, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas deverão ser comprovados pelo Agente Fiduciário à Emissora; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (l) do item 5.1. acima, será adiantado pelos Debenturistas, e, posteriormente, acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;



L

- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela Cetip.

5.4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

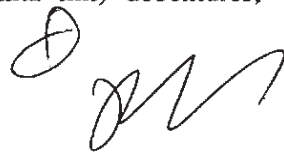
6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos nos respectivos atos constitutivos, necessários para tanto;



- (c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (d) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28;
- (f) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora;
- (h) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (i) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (j) esta Escritura de Emissão contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (l) conforme disposto no item 4.11.8, informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das suas controladas;
- (m) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM nº 28, o Agente Fiduciário declara que atua (1) na 6ª (sexta) emissão pública, com esforços restritos de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora, com vencimento em 15 de outubro de 2019, pela qual foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures,



totalizando o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data da emissão, as debêntures da 6ª (sexta) emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (2) na 8ª (oitava) emissão pública, com esforços restritos de distribuição, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora, com vencimento em 10 de setembro de 2020, pela qual foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, totalizando o montante de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Na data da emissão, as debêntures da 8ª (oitava) emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e

- (n) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

- (a) parcelas anuais de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais parcelas seguintes na mesma data dos anos subsequentes e assim sucessivamente até a liquidação integral das Debêntures;
- (b) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, e desde que o pagamento seja realizado em até 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;





- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (e) as parcelas citadas no item “a” acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (f) as parcelas da remuneração referenciadas nos itens “a” acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.1. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, notificações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, extração de certidões, fotocópias, despesas cartorárias, digitalizações, envio de documentos e publicações em geral, necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação, sempre que possível. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar o adiantamento aos Debenturistas, para cobertura do risco da sucumbência.



L

6.4.3. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão a revisão dos honorários propostos.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações, especialmente a das apurações financeiras consolidadas da Emissora a serem entregues para efeito do disposto na Cláusula 5.1 (a) (i) e (ii);
- (g) solicitar, quando julgar necessário, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



- L
- (i) convocar, quando cabível ao Agente Fiduciário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista no item 4.17 acima;
  - (j) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
  - (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros consolidados da Emissora, atos societários necessários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do referido relatório, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização na CVM:
    - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
    - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
    - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
    - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
    - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
    - (vi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
    - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
    - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
    - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
    - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28:
      1. denominação da companhia ofertante;
      2. valor da emissão;
      3. quantidade de debêntures emitidas;
      4. espécie;



- L
5. prazo de vencimento das debêntures;
  6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
  7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na Cetip; e
  - (v) na sede dos Coordenadores;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, na forma do item 4.17, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à Cetip, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a Cetip a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à Cetip e ao Banco Central do Brasil, se for o caso;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar com o Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;



L

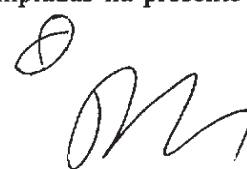
- (s) acompanhar, semestralmente, o enquadramento dos índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, conforme Cláusula 5.1 (a) (i);
- (t) divulgar as informações referidas no item (x) da alínea "k" acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento;
- (u) disponibilizar diariamente o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (v) verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória; e
- (w) coordenar o sorteio das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo parcial, caso seja realizado pela Emissora.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.





2

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora para que comunique aos titulares das Debêntures, mediante convocação da AGD, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEMG e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos junto com a presente Escritura de Emissão.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.



6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) no item



4.11. (Vencimento Antecipado) acima, inclusive no caso de renúncia e perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.9.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Oitava, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, exceto caso a Emissora convocar a AGD ou se a presença da mesma for solicitada.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em AGDs, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 acima, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas AGDs.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital aberto devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



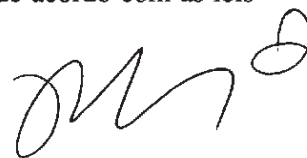
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato relevante do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora representam corretamente a posição financeira consolidada da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;
- (g) exceto por aqueles mencionados nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (h) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (i) não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (j) que seja do conhecimento da Emissora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (n) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na Internet, bem como aquelas incluídas no material de divulgação da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (o) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora não divulgados no Formulário de Referência, cuja omissão faça com que qualquer informação do Formulário de Referência da Emissora seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (p) as opiniões, análises e expectativas expressas pela Emissora no seu Formulário de Referência e no material de divulgação da Oferta Restrita em relação à Emissora são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias materiais relevantes, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela Cetip, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (r) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

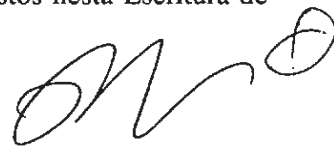
8.2 A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;





- L
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nestes previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
  - (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Fiadora e/ou de quaisquer das controladas da Fiadora sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
  - (e) as obrigações assumidas na Garantia Fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.
  - (f) está cumprindo os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas;
  - (g) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Fiadora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
  - (h) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que os impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
  - (i) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
  - (j) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Fiadora de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto por aqueles previstos nesta Escritura de Emissão;



- L
- (k) os balanços patrimoniais da Fiadora datados de 31 de dezembro de 2014, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Fiadora apresentam de maneira adequada à situação financeira da Fiadora nas aludidas datas e os resultados da Fiadora referentes aos períodos encerrados em tais datas;
  - (l) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
  - (m) preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Fiadora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos; e
  - (n) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

8.3. A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

### CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Localiza Rent a Car S.A.**

Av. Bernardo Monteiro nº 1.563, Bairro Funcionários

30150-902 - Belo Horizonte – MG

At.: Sr. Roberto Antônio Mendes

Tel.: (31) 3247-7040

Fax: (31) 3427-7755

E-mail: [ri@localiza.com](mailto:ri@localiza.com)



**Para a Fiadora:**

**Localiza Fleet S.A.**

Av. Bernardo Monteiro nº 1.563, Bairro Funcionários

30150-902 - Belo Horizonte – MG

At.: Sr. Roberto Antônio Mendes

Tel.: (31) 3247-7040

Fax: (31) 3427-7755

E-mail: [ri@localiza.com](mailto:ri@localiza.com)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário e/ou Banco Liquidante:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara – Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 - Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3684-2852

Fax: (11) 3684.2704

E-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br) / [4010.custodiarf@bradesco.com.br](mailto:4010.custodiarf@bradesco.com.br) / [4010.tomo@bradesco.com.br](mailto:4010.tomo@bradesco.com.br)

**Para a Cetip**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico



serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes,



L

sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

10.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

10.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.10 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

42

M

M

M



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bFOY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 43/50



l

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2015.

*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)*

M

M


g




L

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, da Localiza Rent a Car S.A.*

**LOCALIZA RENT A CAR S.A.**

  
Nome: **ROBERTO ANTÔNIO MORAES**  
Cargo: **CEO E DAF**

  
Nome: **EUGÊNIO PACELI MATTAU**  
Cargo: **CEO**



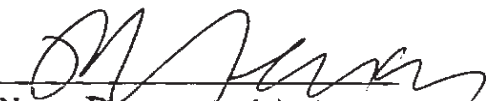





2

*Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, da Localiza Rent a Car S.A.*

**LOCALIZA FLEET S.A.**

  
Nome: Roberto Amâncio Mendes  
Cargo: CFO e DRE

  
Nome: Evandro Pereira Martins  
Cargo: CEO

7





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, da Localiza Rent a Car S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Marcelle Santoro  
Nome:  
Cargo: **Marcelle Santoro**  
Diretora

0

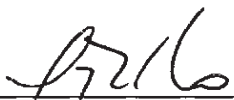
0M


7



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, da Localiza Rent a Car S.A.

**TESTEMUNHAS**

  
Nome: Paulo Henrique C. Passos  
RG: 14.842.122  
CPF: 267.408.196-22

  
Nome: Saul F. C. Neves  
RG: 11.533.704  
CPF: 039.632.716-87







# Cartório do 9º Ofício de Notas de Belo Horizonte



Tabeliã: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo

Tabeliã Substituta: Iris Diniz Graciano



Rua São Paulo, 1.115 - Centro CEP 30.170-131 PARX: (31) 3247-3535 Fax 3247-3500 www.cartorio9notas.com.br

TRASLADO

LIVRO Nº 2017

DE PROCURAÇÕES

FOLHA Nº 59

## PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ LOCALIZA RENT A CAR S/A, e OUTRAS, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento virem que, aos vinte e um (21) dias do mês de novembro do ano dois mil e quatorze (2014), nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, neste Cartório, sito à Rua São Paulo, 1.115, Centro, lavro esta escritura em que, perante mim, comparecem como parte OUTORGANTE: **LOCALIZA RENT A CAR S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 16.670.085/0001-55; **LOCALIZA FLEET S/A**, anteriormente denominada Total Fleet S/A, inscrita no CNPJ sob nº 02.286.479/0001-08; e **LOCALIZA SERVICOS PRIME S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 02.887.100/0001-07, todas com sede nesta cidade, na Avenida Bernardo Monteiro nº 1.563, Bairro Funcionários, todas representadas neste ato por seu Diretor Presidente: **EUGÊNIO PACELLI MATTAR**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº MG-4.491, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 130.057.586-72, e pelo Diretor Executivo **ROBERTO ANTÔNIO MENDES**, brasileiro, administrador e contador, casado, portador da carteira de identidade nº M-120.278, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 137.768.946-87, residentes e domiciliados nesta cidade; e, de outro lado, como parte OUTORGADA: **EMERSON FERREIRA GOMES**, brasileiro, contador, solteiro, maior, portador da carteira de identidade nº MG-13.673.473, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 016.109.066-40, residente e domiciliado na cidade de Santa Luzia/MG, na Rua Leila Diniz, nº 275, Bairro Lodrina; reconhecidas como as próprias conforme documentação apresentada que fica aqui arquivada. A parte OUTORGANTE declara que nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR, a parte OUTORGADA, qualificada acima; Com poderes para, representar as empresas outorgantes perante quaisquer repartições públicas Federais e Estaduais, para requer certidões Federal e Estaduais, pesquisas de situação fiscal e cadastral, providenciar inscrição, alteração e baixa de CNPJ; podendo também, representar a empresa perante quaisquer repartições públicas Municipais para regularizar as aberturas de filiais das Empresas, podendo assinar todos e quaisquer formulários e requerimentos para obtenção do Cadastro Fiscal Mobiliário e Alvará de Funcionamento, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o substabelecimento. Clausula única: no caso de desligamento voluntário ou não, de quaisquer procuradores outorgados dos quadros de funcionários das empresas outorgantes, o presente mandato ficará automaticamente cancelado em todos os seus expressos termos, com relação ao procurador que se desligou, permanecendo válido com relação aos demais. **A presente procuração tem validade até 31/12/2015.** Sendo lido o instrumento, a parte OUTORGANTE, verificando sua conformidade, outorga, aceita e assina. Eu, \_\_\_\_\_ (RACHEL KELLY NUNES DO CARMO), Escrevente Notarial, mandei digitar. Eu, (WALQUIRIA MARA GRACIANO MACHADO RABELO), Tabeliã, dou fé, subscrevo e assino. a) EUGÊNIO PACELLI MATTAR, ROBERTO ANTÔNIO MENDES. SELOS: CRJ57020 a CRJ57022, BME86956 a BME86969. Emolumentos: R\$ 106,69; Recome (Fundo de Compensação): R\$ 6,34; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 35,50; Total: R\$ 148,53.

Em \_\_\_\_\_ da verdade

A TABELIÃ

Rachel Kelly Nunes do Carmo  
ESCREVENTE  
9º OFÍCIO DE NOTAS - F.: (31) 3247-3507



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bF0Y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CARTÓRIO 9º OFÍCIO DE NOTAS DE B. HORIZONTE  
WALQUIRIA MARA GRACIANO MACHADO RABELO  
Rua São Paulo, nº 1116 - Fone: 3247-3535

B. HTE.  
MG

21 NOV. 2014

AUTENTICAÇÃO ESTÁ CONFORME ORIGINAL  
DOU FÉ. EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
EMOL: R\$ 3,68 + RECOMPÊ: R\$ 0,22 + TX. FISC. 1,10 = R\$ 5,00  
TOTAL: R\$ 5,00



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5497104 em 24/04/2015 da Empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, Nire 31300011445 e protocolo 152717820 - 23/04/2015. Autenticação: 1C331D722D472089BEA532F142C6E1DB79E56970. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 15/271.782-0 e o código de segurança bF0Y Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 50/50